

# GUIA DE HISTÓRIA FINANCEIRA PORTUGUESA

Banca e Seguradoras  
Séculos XIX e XX

COORDENAÇÃO  
José Amado Mendes  
Miguel Figueira de Faria



UNIVERSIDADE  
AUTÓNOMA  
DE LISBOA

**N** I M P R E N S A  
N A C I O N A L

# **GUIA DE HISTÓRIA FINANCEIRA PORTUGUESA**

**Banca e Seguradoras  
Séculos XIX e XX**

COORDENAÇÃO

**José Amado Mendes  
Miguel Figueira de Faria**

INVESTIGAÇÃO

**Duarte Manuel Freitas  
Cristina Dias  
Marta Cruz**



UNIVERSIDADE  
AUTÓNOMA  
DE LISBOA

**N** I M P R E N S A  
N A C I O N A L

© Universidade Autónoma de Lisboa  
e Imprensa Nacional-Casa da Moeda

**Título**

Guia de História Financeira Portuguesa  
Banca e Seguradoras – Séculos XIX e XX

**Coordenação**

José Amado Mendes  
Miguel Figueira de Faria

**Investigação**

Duarte Manuel Freitas  
Cristina Dias  
Marta Cruz

**Design e paginação**

Undo

**Impressão e acabamento**

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

1.ª edição

Fevereiro de 2020

**ISBN** 978-972-27-2823-2

**Depósito legal** 465 943/20

**Edição n.º** 1023858

# ÍNDICE

<b>APRESENTAÇÃO</b> . . . . .	11
-------------------------------	----

## PARTE I – INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

<b>1. INTRODUÇÃO</b> [MIGUEL FIGUEIRA DE FARIA] . . . . .	21
<b>2. FONTES E BIBLIOGRAFIA</b> . . . . .	37
<b>2. 1. Bibliotecas</b> [CRISTINA DIAS] . . . . .	37
2. 1. 1. Biblioteca do Banco de Portugal . . . . .	37
2. 1. 2. Biblioteca de Alberto Sampaio . . . . .	37
2. 1. 3. Biblioteca Ultramarina da Caixa Geral de Depósitos . . . . .	38
<b>2. 2. Arquivos</b> [CRISTINA DIAS] . . . . .	38
2. 2. 1. Arquivo Nacional – Torre do Tombo . . . . .	38
2. 2. 2. Arquivo Histórico do Banco de Portugal. . . . .	39
<b>2. 3. Arquivos de empresas</b> [CRISTINA DIAS] . . . . .	41
2. 3. 1. Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos . . . . .	41
2. 3. 2. Arquivo Histórico do Banco Português de Investimento (BPI), S.A. . . . .	41
2. 3. 3. Arquivo Histórico Novo Banco (AHNB) . . . . .	41
<b>2. 4. Monografias</b> [CRISTINA DIAS] . . . . .	42
<b>2. 5. Bibliografia</b> [CRISTINA DIAS] . . . . .	45
2.5.1. Obras de referência . . . . .	45
2.5.2. Obras complementares . . . . .	47
<b>2. 6. Publicações periódicas</b> [DUARTE MANUEL FREITAS] . . . . .	52
2. 6. 1. Títulos de âmbito específico . . . . .	52
2. 6. 2. Títulos de âmbito geral . . . . .	54
<b>2. 7. Artigos</b> [DUARTE MANUEL FREITAS] . . . . .	57
2. 7. 1. Artigos de âmbito específico . . . . .	57
2. 7. 2. Artigos de âmbito geral . . . . .	58

<b>2. 8. Dicionários e enciclopédias</b> [CRISTINA DIAS]	63
2. 8. 1. Títulos de referência	63
2. 8. 2. Títulos complementares	63
<b>2. 9. Comunicações e conferências</b> [DUARTE MANUEL FREITAS]	64
<b>2. 10. Dissertações e teses</b> [DUARTE MANUEL FREITAS]	67
2. 10. 1. Estudos de caso	67
2. 10. 2. Títulos de âmbito geral	68
<b>2. 11. Fontes impressas</b> [DUARTE MANUEL FREITAS]	70
2. 11. 1. Títulos de âmbito específico	70
2. 11. 2. Títulos de âmbito geral	130
<b>3. QUADRO LEGISLATIVO</b> [DUARTE MANUEL FREITAS]	137
3. 1. Legislação	137
3. 2. Estatutos	160
<b>4. CRONOLOGIA: INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS</b> [DUARTE MANUEL FREITAS]	169

## PARTE II – SEGURADORAS

<b>5. INTRODUÇÃO</b> [JOSÉ AMADO MENDES]	183
<b>6. FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	191
<b>6. 1. Bibliotecas</b> [MARTA CRUZ]	199
6. 1. 1. Biblioteca da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões	199
6. 1. 2. Biblioteca do Banco de Portugal	199
<b>6. 2. Arquivos</b> [MARTA CRUZ]	200
6. 2. 1. Arquivo Histórico da Associação Portuguesa de Seguradores	200
6. 2. 2. Arquivo Nacional – Torre do Tombo	200
6. 2. 3. Arquivo Histórico da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões	201
<b>6. 3. Monografias</b> [CRISTINA DIAS]	201
<b>6. 4. Bibliografia</b> [CRISTINA DIAS]	202
6. 4. 1. Obras de referência	202
6.4.2. Obras complementares	203
<b>6. 5. Publicações periódicas</b> [DUARTE MANUEL FREITAS]	209
6. 5. 1. Títulos de âmbito específico	209
6. 5. 2. Títulos de âmbito geral	210
<b>6. 6. Artigos</b> [DUARTE MANUEL FREITAS]	212
6. 6. 1. Artigos de âmbito específico	212
6. 6. 2. Artigos de âmbito geral	213

<b>6. 7. Dicionários e enciclopédias</b> [CRISTINA DIAS]	218
6. 7. 1. Títulos de referência	218
6. 7. 2. Títulos complementares	218
<b>6. 8. Comunicações e conferências</b> [DUARTE MANUEL FREITAS]	219
<b>6. 9. Dissertações e teses</b> [DUARTE MANUEL FREITAS]	221
6. 9. 1. Estudos de caso	221
6. 9. 2. Títulos de âmbito geral	222
<b>6. 10. Fontes impressas</b> [DUARTE MANUEL FREITAS]	223
6. 10. 1. Títulos de âmbito específico	223
6. 10. 2. Títulos de âmbito geral	254
<b>7. QUADRO LEGISLATIVO</b> [DUARTE MANUEL FREITAS]	259
7. 1. Legislação	259
7. 2. Estatutos	268
<b>8. CRONOLOGIA: SEGURADORAS</b> [DUARTE MANUEL FREITAS]	273

# APRESENTAÇÃO

O presente *Guia* surge na sequência de uma longa e cuidada pesquisa e consequente publicação do *Dicionário de História Empresarial Portuguesa. Séculos XIX e XX* (vol. I: *Instituições Bancárias*; vol. II: *Seguradoras*<sup>1</sup>), para o que foi necessário compilar e tratar um considerável manancial de informação alusiva à temática. Partiu-se do princípio de que todos esses elementos, uma vez trabalhados e sistematicamente organizados, poderiam constituir auxiliares da maior utilidade para os investigadores que venham a interessar-se pela história das organizações financeiras.

Numa altura em que a história empresarial começa a estar, finalmente, na ordem do dia e em que a formação pós-graduada é cada vez mais necessária e procurada, é natural que se multipliquem os trabalhos académicos — com destaque para dissertações de mestrado e teses de doutoramento — cujo objeto seja, precisamente, a história da banca e dos seguros.

Trata-se de um domínio no qual mais se tem avançado, no âmbito da história das empresas — cujas raízes remontam aos anos 1940, com destaque para o desenvolvimento registado nas últimas décadas —, mas no qual muito há ainda a fazer, dada a relevância do setor, nos últimos dois séculos. Com efeito, as instituições financeiras têm uma forte ligação com o desenvolvimento socioeconómico e cultural da Humanidade, pelo que a sua função e estímulo se fazem sentir praticamente em todas as atividades da sociedade industrial e pós-industrial, ou seja, inclusive na sociedade do conhecimento dos nossos dias.

<sup>1</sup> Coord. por Miguel Figueira Faria e José Amado Mendes, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. I, 2013; vol. II, 2014.

Por outro lado, dado que a história não se pode fazer sem fontes, com este trabalho se deseja igualmente chamar a atenção para a absoluta necessidade de salvaguardar, tratar e disponibilizar aos investigadores os arquivos das empresas financeiras, o que é imprescindível para o almejado progresso da respetiva historiografia. Acrescente-se que, dada a amplitude do conceito atual de fonte histórica — considerando-se que o documento é, simultaneamente, monumento, como ensina Jacques Le Goff<sup>2</sup> —, o património cultural de bancos e seguradoras a merecer atenção não deverá cingir-se, apenas, à documentação escrita, devendo contemplar ainda antigos edifícios, mobiliário, equipamentos e tecnologia (obsoleta ou já desativada, mas que poderá adquirir uma nova «vida», através da sua salvaguarda e musealização) utilizados pelas respetivas organizações.

Um outro objetivo que se pretende alcançar com esta obra é contribuir para um melhor e mais completo conhecimento da história das empresas financeiras, uma vez que, como já foi recordado, «o futuro precisa das origens»<sup>3</sup>. Mas o referido conhecimento, além do seu valor intrínseco do ponto de vista científico, tem ainda um caráter prático e de aplicabilidade, podendo constituir um instrumento estratégico da gestão. Deste ponto de vista, espera-se que este Guia possa ser útil não só a investigadores e estudantes, mas também a profissionais da área, desde empresários e acionistas a gestores, técnicos e demais colaboradores das respetivas organizações financeiras. A propósito, sublinha Cameron: «O presente e o futuro emergem gradual e inevitavelmente do passado. O conhecimento da história por parte dos dirigentes de hoje é a maior garantia de que o mundo beneficiará dos erros do passado tanto como dos seus triunfos.»<sup>4</sup> Isto quer dizer que o passado, longe de ser algo morto e ultrapassado, tem futuro, desde que seja perspetivado como já foi sugerido: «A tradição não

2 Jacques Le Goff, «Documento/Monumento», in Ruggiero Romano (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 95-106.

3 Odo Marquard, *apud* Anfried Baier-Fuchs, «The manager as archiver user», in Manfred Pohl (ed.), *Sixth European Colloquium on Banks Archives*, vol. 6: *Bank Archives and the User. Conference held May 10 and 11, 1996, Évora, Frankfurt*, European Association for Banking History, 1997, p. 73 (trad. nossa, como nos casos seguintes desta apresentação).

4 Rondo E. Cameron, *La Banca en las primeras etapas de la industrialización. Un estudio de historia económica comparada* (trad. do inglês), Madrid, Ed. Tecnos, 1974, p. 339.



é acerca da preservação das cinzas do passado, mas sim sobre o modo como manter a chama acesa.»<sup>5</sup>

## COMO UTILIZAR O PRESENTE *GUIA*

Começamos por fazer uma advertência, para a qual também outros autores têm chamado a atenção, em trabalhos similares: «Este livro pretende ser um *GUIA*, não um *INVENTÁRIO*.»<sup>6</sup> Assim, não houve a preocupação de exaustividade, mas apenas a de elaborar um **guia**, um **instrumento de trabalho**, útil e eficaz, para quem venha a dedicar-se à pesquisa histórica da atividade financeira, isto é, da banca e das empresas seguradoras.

Uma vez definido o tema a focar e o tipo e a natureza do trabalho a realizar — monografia ou artigo, dissertação de mestrado ou tese de doutoramento, comunicação em evento ou trabalho no âmbito de unidade curricular académica, texto de divulgação na imprensa ou resenha histórica de uma empresa —, há que explorar devidamente a bibliografia e anotar, com rigor, as passagens mais relevantes que possam, posteriormente, vir a ser referenciadas ou citadas. Como já foi salientado: «Antes de começar qualquer trabalho, impõe-se ao estudioso entrar em contacto com a bibliografia existente, para não correr o risco de repetir investigações já feitas ou de alcançar conclusões já apresentadas. O sistema de utilizar apenas, para esse fim, notas eruditas, contidas em obras de natureza geral, não é o suficiente nem sequer o mais fácil.»<sup>7</sup>

Para este efeito, o investigador encontrará, neste *Guia*, listas extensas, por secções, designadamente: bibliografia, específica e geral; dicionários e

<sup>5</sup> Obra citada na nota 3, p. 76.

<sup>6</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1964, p. 9; ver também: A. H. de Oliveira Marques, *Guia de História da 1.ª República*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981, p.20; *Guide des sources sur l'histoire de l'assurance*, Paris, Comité Scientifique pour l'Histoire de l'Assurance, 2007, p. 7.

<sup>7</sup> Marques, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, p. 21.

enciclopédias; publicações periódicas e artigos; monografias e comunicações em colóquios ou conferências; dissertações de mestrado e teses de doutoramento<sup>8</sup>.

Seguidamente, há que recorrer às fontes históricas, conceito muito amplo – na linha do que já nos ensinara, por exemplo, Marc Bloch –, as quais se podem encontrar em vários locais, com destaque para os chamados «lugares de memória»: bibliotecas e arquivos.

As ditas fontes apresentam-se sob diversas formas, entre as quais se contam as seguintes: impressas e manuscritas; estatísticas e legislativas; administrativas e empresariais; materiais e orais. A fim de facilitar a pesquisa, fornecem-se elementos sobre alguns dos arquivos mais importantes, desde os especializados – como os do Banco de Portugal e do Instituto de Seguros de Portugal – aos de carácter mais geral, mas nos quais também se encontram fontes relativas à temática da banca e dos seguros.

No que concerne às instituições sediadas em cidades fora da capital, são de grande utilidade os acervos dos arquivos municipais e distritais. Em vários destes localizam-se fontes de excecional importância, como os registos paroquiais – essenciais para os estudos biográficos e prosopográficos – e os livros notariais, da maior importância para a história empresarial.

Sobre a utilidade dos referidos livros para a história local – e, obviamente, também para a história dos bancos e das seguradoras que operaram, de forma dispersa, pelo país – já foi enfatizado: «Os arquivos notariais trazem-nos antes de tudo a vida, a vida de todos os dias assim como a de momentos excecionais [...]. Os arquivos notariais são uma mina aberta a todos.»<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Na consulta bibliográfica, pode ser vantajoso consultar as bibliotecas que se encontram ao abrigo do depósito legal obrigatório, instituído em 1805 (URL: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/11/24/p401>), e que são as seguintes: além da Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa), as bibliotecas públicas de Évora e Braga, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e a Biblioteca Municipal de Coimbra, a Biblioteca Municipal de Lisboa e a Biblioteca Municipal do Porto, as bibliotecas do Funchal e de Angra do Heroísmo e a Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, Brasil [Carlos Fiolhais, «Depósito Legal nas Bibliotecas Portuguesas», in José António Calixto (org.), *Bibliotecas para a vida: literacia, conhecimento, cidadania*, Lisboa/Évora, Colibri/CIDEHUS, 2007. URL: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/40713>].

<sup>9</sup> Alain Croix e Didier Guyvarc'h (dir.), *Guide d'histoire locale. Faisons notre histoire!*, Paris, Seuil, 1990, pp. 73-74 e 81.

Do maior interesse para a história do setor financeiro são, naturalmente, os próprios arquivos empresariais, sobre os quais também se fornece alguma informação, embora mais escassa do que desejávamos, apesar de termos solicitado, às entidades bancárias e seguradoras a operar em Portugal, informação sobre a matéria, e de algumas nos terem respondido, às quais estamos gratos.

Aliás, o que se verifica entre nós não é caso único, pois também já foi constatado em França, nos seguintes termos que, *grosso modo*, também se aplicam ao caso português: «O utilizador do presente guia talvez fique surpreendido pelo número restrito dos grupos e sociedades de seguros (o que também se aplica aos bancos) cujos arquivos são reportados. Se certas empresas simplesmente não revelaram qualquer interesse pela diligência efetuada, muito mais numerosas são aquelas que não fornecem dados porque não detêm arquivo, por um lado, ou porque são de criação relativamente recente e julgam que ainda não merecem a atenção dos historiadores, por outro.»<sup>10</sup>

Também nas bibliotecas e arquivos distritais e municipais se encontra uma outra fonte que, nas últimas décadas, tem sido abundantemente explorada, ou seja, a imprensa local.

Quanto ao quadro legislativo e regulamentar, são identificados os principais diplomas legais sobre o setor financeiro e, bem assim, os numerosos estatutos e relatórios de bancos e seguradoras, matéria sobre a qual se fornecem igualmente numerosas referências. Com vista a possibilitar a localização rápida de eventos, iniciativas e realizações, no âmbito dos bancos e seguros, apresentam-se ainda cronologias sobre as respetivas atividades, as quais podem servir de pista e referência para a localização temporal dos elementos que delas constam.

Uma vez realizada a investigação, através da exploração dos recursos bibliográficos e arquivísticos, seguir-se-á, logicamente, a apresentação dos resultados, por diversos meios, mas com destaque para a forma escrita. Esta está sujeita a regras, entre as quais se encontram, entre outras: o suporte e a justificação — bibliográfica ou documental — das conclusões e ilações do autor; o rigor na referência ao material consultado; a ilustração — fotográfica, sob a forma de

<sup>10</sup> *Guide des sources sur l'histoire de l'assurance*, cit., p. 28.

# 1. INTRODUÇÃO

MIGUEL FIGUEIRA DE FARIA

## I – História da banca, ramo fundamental da história empresarial

A história do sistema financeiro e das suas instituições constitui, como é reconhecido, um capítulo importante no domínio da história empresarial, área de investigação ainda em vias de desenvolvimento em Portugal. Tem sido sublinhada a importância para o progresso da disciplina que instituições, com a dimensão e o prestígio dos grandes bancos, promovam estudos sobre a sua história, tendo presente o efeito de tração sobre outros setores do mundo dos negócios, motivando projetos paralelos noutras áreas de atividade empresarial, consolidando a área de *business history*, se quisermos reportarmo-nos à expressão anglo-saxónica mais comum para rotular genericamente este universo de pesquisa.

Nesta genealogia temática, a importância da *história da banca* obteve naturalmente o reconhecimento internacional, tendo sido fundada, em 1980, a European Association for Banking History (EABH), que, na sua declaração de missão, sublinhou, entre os objetivos equacionados, a utilidade deste ramo de investigação, admitindo que a compreensão dos «princípios e desenvolvimentos financeiros de base a par dos respetivos contextos históricos é um conhecimento vital para os decisores»<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Vale a pena retermos o essencial da declaração de missão da EABH disponível na *webpage* da organização: «Understanding basic financial principles and developments within their historical context is vital knowledge for decision makers. Based on this conviction, *eahb* encourages the proper preservation of historically relevant material and the circulation of high-level historical research. Since its foundation, *eahb* has provided historical analysis and preservation consulting to bankers, supervisors and policy makers [...]»

A iniciativa partiu do Deutsche Bank, e rapidamente conglomerou mais de duas dezenas de instituições bancárias<sup>2</sup>, motivando um olhar renovado sobre os respetivos espólios documentais e o lançamento de colóquios, edições, estudos sobre o setor, introduzindo igualmente uma perspetiva de investigação aplicada em trabalhos de consultoria de apoio às administrações a partir do (re) conhecimento do respetivo passado. Como motivação de base sublinhava-se a necessidade da conservação e do estudo dos patrimónios documentais das instituições aderentes, levando, inclusive, à realização de cursos de especialização arquivística.

A EABH desenvolveu igualmente um conjunto importante de publicações, iniciando o seu catálogo editorial com o título pioneiro *How to Write the History of a Bank* (1992-1995)<sup>3</sup>, a que se seguiria o *Handbook on the History of European Banks* (1994)<sup>4</sup>, cabendo neste último o capítulo referente a Portugal por Jaime Reis, com uma excelente síntese sobre o setor<sup>5</sup>.

Num encontro promovido pela EABH, realizado em Évora em 1996, Manfred Pohl, à época diretor do arquivo do Deutsche Bank, chamava a atenção para um tema tabu entre os historiadores apontando os potenciais constrangimentos sentidos pelos académicos relativamente à história de grandes empresas feita sob encomenda<sup>6</sup>.

Na vertente da história das instituições bancárias reconheça-se que, na generalidade, se analisa o passado de empresas que fazem da confidencialidade uma marca de identidade, derivando, em grande medida, da encomenda de

2 Note-se que atualmente, no *Board of Patrons*, Portugal tem três representantes, Vítor Constâncio (Banco Central Europeu), Carlos Costa (Banco de Portugal) e Artur Santos Silva (Banco BPI), sendo Luís de Abreu Nunes (Banco de Portugal) o tesoureiro da Associação e integrando também o Academic Council.

3 M. G. Fase, G. Feldman (ed.) e M. Pohl (ed.), *How to Write the History of a Bank*, EAHB/Scolar Press-Ashgate, 1995. A edição resultou das comunicações apresentadas no *First Academic Colloquium* organizado em setembro de 1992 pelo Nederlandsche Bank em Amesterdão, sendo publicadas apenas em 1995.

4 M. Pohl (ed.), *Handbook on the History of European Banks*, EAHB/Edward Elgar Publishing Limited, 1994.

5 *Idem*, «Portuguese Banks», pp. 819-862.

6 É interessante retermos as considerações de Pohl sobre esta questão: «[...] Until recently, general historians avoided business history. They were often afraid of having to deal with companies, and nobody wanted to be suspected of being paid by a company to write its history. After all, what independent academic would like to be known as a business historian? Or is it perhaps that companies' language and philosophy are more alien to historians than those of emperors, kings, politicians or generals?» Cf. Manfred Pohl, «The archivist, the historian and the commissioned history», in M. Pohl (ed.), *European Colloquium on Bank Archives: Bank Archives and the User*, EABH, 1997, p. 17.

monografias pelas respetivas administrações ou acionistas de referência, o que confere a este segmento uma especificidade que deve ser, à partida, considerada.

As questões colocadas versam na generalidade sobre temas como as condições de acesso à informação mais relevante, o protocolo a seguir pelo autor face a momentos menos favoráveis ou a questões controversas vividas na instituição, enfim, no limite, o congelamento ou rejeição do manuscrito final tendo em vista a respetiva publicação<sup>7</sup>.

Os projetos sustentados numa rigorosa pesquisa arquivística e a liberdade de acesso concedida ao historiador são condições básicas que pressupõem uma convergência de objetivos no seio de um «triumvirato», constituído pela equipa de investigação, pelo conselho de gestão e pelos documentalistas responsáveis pelo acervo histórico da instituição. A maior parte dos trabalhos monográficos desenvolvem-se, na realidade, a partir de uma estreita colaboração entre os autores e as administrações das instituições, mas é sempre importante não esquecer no processo o papel do arquivista, elemento ponte, facilitador da partilha da informação relevante para o cumprimento das metas estabelecidas<sup>8</sup>.

Os mais céticos admitem as dificuldades existentes neste relacionamento, considerando a dificuldade de acesso à informação um trauma para os historiadores da banca. No caso holandês, admitiu-se não ser possível fazer a história da banca comercial do país, «pelo menos de acordo com os modernos padrões científicos»<sup>9</sup>.

Estas parcerias podem até partir de objetivos diferenciados, mas potencialmente complementares. Por um lado, o da produção científica no respeito pelos princípios éticos e metodológicos inerentes e, por outro, na ótica das administrações, o da exposição do seu passado como fator de diferenciação, estabilidade e capacidade de resistência aos períodos de crise, argumento gerador de confiança, sentimento fundamental à própria atividade onde convergem diretores,

<sup>7</sup> São conhecidos diversos casos de monografias encomendadas que não chegaram ao prelo envolvendo bancos e historiadores de prestígio. Vejam-se os casos das Histórias do Barings e do Banco Kleinwort Benson descritas por Forrest Capie, «The Historiography of Commercial Banking – Britain and Scandinavia», in Martin Fase, 1995, p. 49.

<sup>8</sup> Cf. Pohl (1997), veja-se o respetivo «comment two» de Christiane Logie, pp. 25-27.

<sup>9</sup> Cf. Johan de Vries, «The Wreszynski Case and the Limits to Tolerance – 'Not intended for publication'», in M. Fase (ed.), *How to Write the History of a Bank*, EAHB/Scolar Press-Ashgate, 1995, pp. 20-21.

acionistas, trabalhadores e clientes, a par do prestígio que o vencimento do tempo sempre acrescenta a esta área de atividade.

As administrações mais esclarecidas acabam por compreender as vantagens inerentes à realização destas monografias onde se vê projetada a genealogia empresarial da instituição, produzindo um efeito de consolidação da cultura institucional, o qual, através da partilha desse passado, se reflete na mobilização dos respetivos colaboradores.

Arquivos históricos bem geridos, equipa de académicos independentes e apoio incondicional das administrações formam os três vértices do compromisso necessário à realização de um trabalho consistente no âmbito da História da Banca<sup>10</sup>, receita extensível, na realidade, a qualquer outra história institucional e/ou empresarial. No caso presente questionamo-nos em quantas situações foi possível fazer funcionar este triunvirato ativamente. Recorrendo à nossa experiência pessoal, foi-nos facultada a informação que solicitámos relativa a um período caracterizado, porém, por um sucesso operacional inquestionável<sup>11</sup>. Não é de estranhar que sejam os bancos públicos que reúnam as melhores condições para garantirem tanto a conservação dos seus espólios documentais como a respetiva consulta, com destaque neste universo mais específico para os bancos centrais reguladores que acumulam, por inerência legal, um conjunto de informação que transcende a sua própria história, tornando-se em instituições-chave para o desenvolvimento de todo o movimento historiográfico especializado.

## II – Da necessidade de preservação dos arquivos

O sistema financeiro português, ao longo da Terceira República, passou por uma série de alterações estruturais que transformaram radicalmente a sua composição. Nacionalizações e interdição do setor à iniciativa privada, e a

<sup>10</sup> Cf. Pohl (1997), p. 19. As atas publicadas do encontro realizado em Évora, sob o tema «Bank Archives and the User», reúnem um conjunto de intervenções de grande atualidade sobre o relacionamento entre os protagonistas interessados no desenvolvimento de projetos de história da banca.

<sup>11</sup> Cf. Miguel Figueira de Faria, *Banco Comercial Português: a primeira década, 1985-1995*, Lisboa, Inapa, 2001. Sobre a continuidade deste projeto, veja-se nota 27 na p. 29.

## 5. INTRODUÇÃO

JOSÉ AMADO MENDES

### I – Relevância dos seguros

As raízes da atividade seguradora são quase tão antigas como a história do próprio Homem. Afinal, ela resultou, em certa medida, como que de uma atualização e modernização de formas de solidariedade outrora associadas ao mutualismo, às associações de socorros mútuos, à ação solidária de misericórdias e irmandades e às próprias associações de classe, antecessoras dos atuais sindicatos<sup>1</sup>. Em todos esses casos, o que se pretendeu sempre foi minimizar ou eliminar os efeitos nefastos do risco<sup>2</sup> que, sem esses mecanismos a servirem de «almofada», se tornavam dificilmente suportáveis por cada indivíduo, empresa ou organização, a título individual.

Como já foi sublinhado, «toda a atividade humana envolve riscos que nos ameaçam, quer enquanto indivíduos quer coletivamente [...]. A maneira mais completa de minorar os efeitos práticos dos riscos a que as pessoas e as empresas se encontram expostas é precisamente aquilo a que se chama SEGURO»<sup>3</sup>.

1 «O seguro é filho do socorro mútuo e o socorro mútuo nasceu, naturalmente, das manifestações do sentimento de piedade, sentimento que determinou a solidariedade humana e que fez estender a mão para o infortúnio num gesto caritativo, levando a consolação e a esmola àqueles em quem a desgraça cravou as suas garras implacáveis» (Alberto Souto, *Evolução histórica do Seguro*, Coimbra, França & Arménio, 1919, pp. 22-23).

2 Risco, «segundo alguns autores, é a causa que pode provocar dano no objeto ou pessoa segura e cujos efeitos se pretendem prevenir pela efetivação do seguro» (A. Fonseca e Silva, *Dicionário de seguros*, Lisboa, Dom Quixote, 1994, p. 314).

3 Manuel Guedes-Vieira, *Introdução aos seguros*, Lisboa, Livraria Vida Económica Editorial, 2012, pp. 13-14.



Todavia, para além do fator indicado relativamente ao risco, o seguro desempenha ainda funções da maior importância no desenvolvimento da vida socioeconómica, política e institucional das sociedades, como tem sido frequentemente reiterado por diversos autores. Assim, quanto aos aspetos macroeconómicos, o seguro, por um lado, estimula o investimento e, por outro, contribui para a equidade e o nivelamento social e económico, ao evitar «os extremos de empobrecimento por mortes, sinistros, etc.»<sup>4</sup>. Já nos inícios do século XVII, Francis Bacon declarou (em 1601), no parlamento inglês, que o «seguro é a estrela polar do negociante que o induz a aventurar o seu capital»<sup>5</sup>.

Acrescente-se, porém, que o seguro não é apenas estrela polar para os comerciantes, mas é-o, igualmente, para o conjunto da atividade socioeconómica. Como salientou Alberto Souto, «as suas funções têm-se de tal forma alargado e multiplicado que o seguro se tornou um auxiliar admirável da ordem, do crédito, e da moral, um fator poderoso da economia, um maravilhoso instrumento das grandes reformas sociais — uma formidável alavanca de progresso!»<sup>6</sup>.

Também Ruy de Carvalho defende posição análoga, ao sublinhar: «A atividade seguradora é tão vital para a vida económica e para o mundo dos negócios que uma e outro não poderiam prosseguir se o seguro deixasse de existir.»<sup>7</sup> Todavia, como veremos seguidamente, o pouco relevo que tem sido dado a esta atividade pelos historiadores está muito aquém daquele que lhe é devido

## **II — História do seguro: o ainda parente pobre da historiografia**

Nas últimas décadas tem sido dedicada alguma atenção à história dos seguros, mas ainda persistem muitas lacunas a preencher e um vasto caminho a

4 Gabriel Tortella Casares (dir.), *Historia del seguro en España*, Madrid, Fundación Mapfre, 2014, p. 24 (como noutras citações, a partir de língua estrangeira, a tradução é da minha responsabilidade).

5 *Apud* Gabriel Tortella Casares (dir.), *Historia del seguro en España*, Madrid, Fundación Mapfre, 2014. Gabriel Tortella Casares, «Sobre los orígenes del seguro en España», in *X Congreso Internacional de la AEHE. 8, 9 y 10 de septiembre 2011. Universidad de Pablo Olavide. Carmona, Sevilla*, Alcalá de Henares, Insitución Académica, 2011, p. 5. URL: <http://www.aehe.es/wp-content/uploads/2011/09/sobre-lor%C3%ADgenes-del-seguro-en-espa%C3%B1a.pdf>.

6 A. Souto, *op cit.*, p. 67.

7 *Seguros (Os) em Portugal. Da Fundação à Modernidade. Exposição Documental da Actividade Seguradora dos Séculos XIII a XIX. Galeria do Instituto de Seguros de Portugal*, Lisboa, 2010, p. 8.

desbravar. A questão tem vindo a ser sublinhada praticamente por todos os autores que se dedicam à investigação histórica neste domínio, ao notarem a carência de estudos, a vários níveis. Por exemplo, falta uma história global e tão completa quanto possível da atividade seguradora em Portugal<sup>8</sup>. Por sua vez, também nas próprias *Histórias de Portugal*<sup>9</sup> se tem dado pouca relevância à atividade seguradora, como já foi notado<sup>10</sup>.

Aliás, o caso português não é único, pois em Espanha também se apontam carências à pesquisa neste âmbito, como se constata pela seguinte passagem da importante obra recentemente publicada, *Historia del Seguro en España*: «Ainda quando abundam as monografias sobre empresas ou subsectores dentro do mercado segurador, são escassos os estudos históricos sobre o seguro de uma perspetiva nacional.»<sup>11</sup>

Além da falta da tal obra global, constata-se ainda a carência de textos de divulgação: «Ao invés do que ocorre noutros países, em Portugal há uma lastimável carência de textos de divulgação, acessíveis ao grande público, que permitam um conhecimento mínimo do que é a atividade seguradora, do que são os seguros. Existem, é certo, alguns livros versando temas específicos (por exemplo, contabilidade de seguros, Direito dos Seguros, resseguro, etc.). Mas não há textos genéricos, introdutórios ao conhecimento desta tão velha atividade económica.»<sup>12</sup>

Aos poucos textos de divulgação existentes e a alguns estudos de índole técnica e jurídica, deve acrescentar-se um número, igualmente reduzido, de

**8** Lacuna que em Espanha acaba de ser colmatada, com a obra dirigida por Gabriel Tortella Casares, *Historia del Seguro en España*, 2014, já anteriormente citada.

**9** Recordá-se que, após um período de cerca de três décadas de interrupção (desde a publicação da *História de Portugal*, dir. por Damião Peres, e da *História de Portugal*, de Fortunato de Almeida, nos anos 1920-1940), vieram a lume várias outras, designadamente: as da autoria de A. H. de Oliveira Marques e de Joaquim Veríssimo Serrão e as dirigidas por Oliveira Marques e Joel Serrão, José Hermano Saraiva, José Mattoso e João Medina.

**10** António Alves Caetano, *A Companhia Fidelidade e os Seguros na Lisboa Oitocentista (1835-1907)*, vol. I: *Da Fundação à Sede do Corpo Santo (1835-1863)*, prefácio de Fátima Sequeira Dias, Lisboa, ed. de Autor, 2000, p. 5.

**11** G. Tortella Casares (dir.), *op. cit.*, p. 9.

**12** Em nota à passagem citada, o autor acrescenta: «Exceção feita, claro está, para os 'manuais' que algumas seguradoras elaboram para benefício dos próprios colaboradores e, desde 2006, apontamentos da responsabilidade de empresas de formação, para cursos de formação de mediadores de seguros» (M. Guedes-Vieira, *op. cit.*, p. 9 e nota 1).

monografias ou histórias de empresa, as quais, no entanto, se circunscrevem apenas a cerca de meia dúzia. Como já as referimos noutro lugar, aqui apenas se recordam os seus nomes e respetivos autores: *Fidelidade* (Lino d’Azevedo), *Mundial Confiança* (Fernando Marques da Costa), *Tranquilidade* (Joaquim Romero de Magalhães), *Aliança UAP* (Fernando de Sousa e Jorge Fernandes Alves), *Fidelidade* (António Alves Caetano)<sup>13</sup> e *Zurique* (José Amado Mendes e Duarte Manuel Freitas)<sup>14</sup>. Assim, constata-se tratar-se de um número diminuto, para um universo muito superior à centena de empresas seguradoras que operaram em Portugal, nas últimas duas centúrias<sup>15</sup>.

Essa exiguidade de estudos não está em sintonia com o incremento da história empresarial nas últimas décadas, um pouco por todo o mundo. Já em 1990 se chamava a atenção para o progresso que a história das empresas registava, bem como para a colaboração que aquela poderia fornecer à história local<sup>16</sup>. No que concerne à história dos seguros propriamente dita, o contributo português é ainda pouco significativo, inclusive para o esclarecimento de questões específicas do tecido empresarial dos países da Europa mediterrânea, designadamente a intervenção do Estado e o papel relevante desempenhado pelas pequenas e médias empresas<sup>17</sup>. Contudo, não deve olvidar-se o facto de ter sido um português (Pedro de Santarém) o autor do famoso *Tratado de Seguros*, cuja primeira edição (em Veneza) data do ano longínquo de 1552, e que foi já considerado, por Moses Bensabat Amzalak, como «um belo título de glória»<sup>18</sup>.

**13** José Amado Mendes, «Introdução» à obra: Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes (coord), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa. Séculos XIX e XX*, vol. II: *Seguradoras*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013, p. 25.

**14** José Amado Mendes e Duarte Manuel Freitas, *Zurich em Portugal: 100 anos de história. Um compromisso com o futuro (1918-2018)*, Lisboa, Zurich Portugal, 2018.

**15** Além das 98 que constam das entradas do *Dicionário* indicado na nota 13, outras houve que, pela sua escala reduzida, escassez das fontes ou pelo curto período em que estiveram ativas, não foram objeto de estudo na referida obra.

**16** Alain Croix e Didier Guyvarc’h (dir.), *Guide d’Histoire Locale. Faisons notre Histoire!*, Paris, Ed. du Seuil, 1990, pp. 73-74 e 230.

**17** Franco Amatori & Geoffrey Jones (ed.), *Business History around the World*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, p. 4.

**18** Moses Bensabat Amzalak, «O tratado de seguros de Pedro de Santarém», Lisboa, 1958, p. 9. Separata da revista *Anais do ISCEF*, t. II, vol. XXVI, 1958.

A história das empresas — ou *business history* — tem registado um considerável desenvolvimento nas últimas décadas, como área de ensino-investigação autónoma, permitindo ampliar os estudos de história geral, socioeconómica e cultural. No Centro de Estudos de História Empresarial da Universidade Autónoma de Lisboa temos vindo a incrementar a pesquisa neste «novo território» historiográfico, publicando várias obras dedicadas à temática, entre as quais o *Dicionário de História Empresarial Portuguesa. Séculos XIX e XX — Instituições Bancárias e Seguradoras*. Com base na experiência acumulada e na vasta gama de informação manuseada e recolhida, entendeu-se por bem elaborar o presente *Guia de História Financeira Portuguesa: Banca e Seguradoras — Séculos XIX e XX*. Com a sua publicação pretende-se fornecer um instrumento de trabalho da maior utilidade para um alargado leque de potenciais interessados. Entre outros, destacamos: investigadores, docentes e alunos de diversas áreas — em especial no âmbito das suas dissertações de mestrado e teses de doutoramento —, gestores e outros profissionais do ramo e, bem assim, quem desejar conhecer melhor um domínio relevante da nossa História, mas geralmente olvidado pela historiografia tradicional.

ISBN 978-972-27-2823-2



9 789722 728232